

## Advogado

11) Sobre o Poder de Polícia não podemos afirmar:

- a) O Poder de Polícia é a atividade do estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- b) O exercício do Poder de Polícia consiste em dos fatos geradores do Tributo Taxa.
- c) Considera-se Poder de Polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito da propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- d) Em relação à área de atuação estatal, o Poder de Polícia pode incidir na área administrativa e na área judiciária. A polícia administrativa possui caráter preventivo e a polícia judiciária caráter repressivo, sendo tal diferença absoluta, não podendo jamais a polícia administrativa possuir caráter repressivo, nem a judiciária, caráter preventivo.

12) Sobre a intervenção do Estado na propriedade privada, marque a assertiva correta.

- a) São modalidades de restrição do estado sobre a propriedade privada: as limitações administrativas, a ocupação temporária, o tombamento, a requisição, a servidão administrativa, a desapropriação, o parcelamento e edificação compulsórios.
- b) O tombamento implica limitação temporária à propriedade privada em benefício do interesse público.
- c) A desapropriação para fins de interesse público, apesar de implicar transferência compulsória do bem para o Poder Público, não atinge a faculdade que tem o proprietário de dispor da coisa segundo a sua vontade.
- d) Não há, em qualquer hipótese, o direito de indenização ao proprietário original relacionada ao imóvel desapropriado para fins de interesse público.

13) Sobre servidor público podemos afirmar.

- a) O acesso aos cargos, empregos e funções pública é destinado somente aos brasileiros que preenchem os requisitos previstos em lei.
- b) A investidura em cargo ou emprego público é restrita apenas a brasileiros natos ou naturalizados e depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) O acesso aos cargos, empregos e funções públicas são destinados aos brasileiros que preenchem os requisitos previstos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

14) Assinale a assertiva correta.

- a) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, porém, garante-se, apenas aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, cabendo lei especial regular o direito dos estrangeiros residentes no país, em relação a tais questões.
- b) Homens e mulheres são iguais, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em direitos, porém, possuem obrigações distintas.
- c) É livre a manifestação do pensamento, sendo, porém, vedado o anonimato.

d)É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, ficando, neste caso, prejudicado o direito à indenização de qualquer natureza.

15) Marque a opção correta.

- a) É direito de todos o acesso à informação, porém vedado o anonimato, independente da necessidade profissional.
- b) **É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.**
- c) Apenas aos brasileiros é garantido o direito de herança.
- d) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato perfeito ou a coisa julgada, salvo em caso de retroação da lei penal.

16) Escolha a opção correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, ausentes de autonomia, compreendem a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.
- b) **Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividirem-se ou desmembrarem-se para se anexarem a outros, mediante aprovação da população interessada.**
- c) É vedado o desmembramento de Estados, mesmo com a aprovação da população interessada.
- d) É vedado o desmembramento de Municípios, depois de sua criação por lei Estadual.

17) Assinale a assertiva correta.

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Vereadores, possuindo cada legislatura a duração de quatro anos.
- b) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Vereadores, possuindo cada legislatura a duração de dois anos, podendo ser prorrogada por mais dois anos.
- c) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional que se compõe pela Câmara dos Deputados e do Senado Federal, possuindo cada legislatura a duração de dois anos prorrogada por mais dois anos.
- d) **O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, possuindo cada legislatura a duração de quatro anos.**

18) Das opções abaixo, marque a correta.

- a) O Poder Executivo, no Brasil, é exercido pelos Ministros de Estado, possuindo o Presidente da República função meramente representativa do País no exterior.
- b) O Poder Executivo, no Brasil, é exercido por um Primeiro Ministro, possuindo o Presidente da República função meramente representativa do País no exterior.
- c) **O Poder Executivo, no Brasil, é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.**
- d) O Poder Executivo, no Brasil, é exercido pelos Ministros de Estado, auxiliados pelo Presidente da República.

19) É correto afirmar que:

- a) **O Conselho Nacional de Justiça é um dos órgãos do Poder Judiciário.**
- b) O Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais superiores são órgãos do Judiciário, sendo os tribunais regionais e estaduais órgãos do Poder Executivo e Legislativo.
- c) Os Tribunais e Juízes do Trabalho não fazem parte do Poder Judiciário, mas de um ramo específico do Poder Legislativo especializado.

d) O Conselho Nacional de Justiça é um órgão pertencente ao Poder Executivo.

20) Marque a opção correta.

- a) O Poder Judiciário é completamente dependente do Poder Executivo, administrativa e financeiramente.
- b) O Poder Judiciário possui autonomia administrativa, mas depende financeiramente do Poder Executivo.
- c) **O Poder Legislativo é autônomo administrativa e financeiramente.**
- d) É assegurada ao Poder Legislativo autonomia financeira, mas administrativamente é vinculado ao Poder Legislativo.

21) Assinale a opção correta.

- a) Caberá ao Poder Legislativo, para preservar a ordem pública ou a paz social, no Brasil, decretar estado de defesa ou de sítio.
- b) Em caso de comoção grave de repercussão nacional ou declaração de estado de guerra poderá o Presidente decretar estado de defesa.
- c) **Em caso de comoção de grave repercussão nacional, de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, poderá o Presidente da República, ouvido o Conselho da República e o Conselho da defesa nacional, decretar estado de sítio.**
- d) Em caso de comoção de grave repercussão nacional, de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, poderá o Poder Legislativo, ouvido o Presidente da República, decretar estado de sítio.

22) Das afirmativas abaixo, marque a que entender correta.

- a) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, só ficará obrigado, em qualquer que seja a situação, a repará-lo, se sua culpa for devidamente demonstrada.
- b) **Aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem ficará obrigado a repará-lo, até mesmo, independentemente de culpa, quando, por exemplo, a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.**
- c) O incapaz jamais responderá pelos prejuízos que causa.
- d) O empregador não responderá pelos danos causados pelos seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir.

23) Marque a opção correta.

- a) O transportador, no contrato de transportes, só responderá pelos danos causados às pessoas ou às suas bagagens se não houver cláusula excludente de responsabilidade no contrato entre as partes firmado.
- b) É cláusula excludente de responsabilidade do transportador, por acidente com passageiros, a culpa de terceiro.
- c) O transportador não poderá exigir que o passageiro declare o valor de sua bagagem sob pena de lesão ao direito de privacidade.
- d) **A responsabilidade contratual do transportador não é elidida por culpa de terceiro, em caso de acidente com o passageiro.**

24) Sobre comodato podemos afirmar.

- a) **O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis.**
- b) O comodato é o empréstimo oneroso de coisas não fungíveis.
- c) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas fungíveis.

d) Os tutores e curadores poderão dar em comodato, sem autorização especial, os bens confiados à sua guarda.

25) Sobre processo podemos afirmar.

- a) O processo se inicia por iniciativa da parte, dependendo o seu desenvolvimento de impulso da mesma.
- b) **Amorte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes é causa de suspensão processual.**
- c) A propositura de exceção de incompetência do Juízo não tem o condão de suspender o processo.
- d) Mesmo estando o processo suspenso é permitida a prática de todo e qualquer ato processual.

26) Sobre extinção do processo é correto afirmar.

- a) O indeferimento da petição inicial é causa de extinção do processo com resolução de mérito.
- b) A falta de uma das condições da ação é causa de extinção do processo com resolução de mérito.
- c) A transação é causa de extinção do processo sem resolução de mérito.
- d) **Extingue-se o processo com resolução de mérito, quando o juiz pronunciar a prescrição ou a decadência.**

27) Assinale a opção correta.

- a) O recurso de apelação será sempre recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.
- b) É através do efeito suspensivo que se devolve ao Tribunal o conhecimento da matéria objeto de impugnação.
- c) **O recurso de apelação interposto de sentença que condenar em prestação de alimentos será recebido apenas no efeito devolutivo.**
- d) O recurso de apelação interposto de sentença que condenar em prestação de alimentos será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.

28) Marque a alternativa correta.

- a) Quando no processo, a Fazenda Pública for parte, contar-se-á em quádruplo os prazos para contestar, recorrer ou se manifestar de qualquer processualmente.
- b) **Quando no processo, a Fazenda Pública for parte, contar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer.**
- c) Quando no processo, a Fazenda Pública for parte, contar-se-á em dobro os prazos para contestar e para recorrer.
- d) A Fazenda Pública, quando figurar como parte no processo, possuirá a prerrogativa de prazo em dobro para a apresentação de defesa.

29) Das afirmativas abaixo, marque a verdadeira.

- a) A duração normal do trabalho dos bancários será de seis horas contínuas, perfazendo um total de 30 horas semanais, jamais podendo ser prorrogada até oito horas diárias, respeitado o limite de 40 horas semanais.
- b) A duração normal do trabalho dos bancários é de 8 horas semanais, respeitado o limite de 40 horas por semana, podendo ser prorrogada para 10 horas, não ultrapassando o limite de 44 horas semanais.
- c) **A duração normal de trabalho dos bancários poderá ser excepcionalmente prorrogada até 8 horas diárias, não excedendo o limite de 40 horas semanais, observados os preceitos gerais sobre a duração do trabalho.**
- d) O regime especial de 6 horas não se aplica aos empregados de portaria que trabalham em bancos.

30) Marque a opção correta.

- a) As comissões de conciliação prévia são instituídas pelos Tribunais Regionais do Trabalho com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho.
- b) As comissões de conciliação prévia são compostas com representantes dos empregados e dos empregadores, devendo ter um maior número de representantes dos primeiros.
- c) As comissões de conciliação prévia são instituídas pelos Tribunais Regionais Federais sendo compostas paritariamente com representantes dos empregados e dos empregadores.
- d) As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar conflitos individuais de trabalho.